



FRAUDES NO INSS SAIBA COMO IDENTIFICAR DESCONTOS INDEVIDOS NO SEU BENEFÍCIO!

A investigação, agora liderada pela Controladoria-Geral da União e pelo INSS, já identificou dezenas de entidades suspeitas e reacendeu o alerta para práticas ilícitas que afetam diretamente a renda dos beneficiários.

Nos últimos meses, veio à tona um dos maiores esquemas de corrupção já identificados na Previdência Social. Desde 2019, aposentados e pensionistas do INSS foram vítimas de descontos indevidos em seus benefícios, supostamente destinados a associações e sindicatos. A fraude, que causou um prejuízo estimado em mais de R\$6 bilhões, envolveu autorizações forjadas e cobrança de mensalidades sem consentimento dos segurados. A investigação, agora liderada pela Controladoria-Geral da União e pelo INSS, já identificou dezenas de entidades suspeitas e reacendeu o alerta para práticas ilícitas que afetam diretamente a renda dos beneficiários. Nessa matéria irei te ensinar a identificar esses descontos indevidos no benefício previdenciário e o que fazer nesse caso.

PRIMEIRO, O QUE SÃO ESSES DESCONTOS INDEVIDOS?

São valores que aparecem todos os meses no extrato do seu benefício do INSS como se fossem contribuições para sindicatos, associações ou até mesmo seguros. Acontece que muitos beneficiários relataram nunca terem autorizado esses descontos e sequer possuem conhecimento das entidades envolvidas. Ou seja, trata-se de descontos indevidos, feitos sem o consentimento do aposentado ou pensionista, que acabam reduzindo o valor mensal do benefício recebido.

MAS ISSO É RECENTE?

Na verdade, não. Esse tipo de fraude está sendo investigado desde 2019 e ganhou grande repercussão em 2024, com a deflagração da chamada "Operação Sem Desconto". Essa operação revelou que milhões de beneficiários foram afetados e que o prejuízo pode chegar a R\$ 6,3 bilhões entre 2019 e 2024. Foram identificadas mais de 12 entidades suspeitas, incluindo sindicatos e associações que recebiam, todos os meses, valores dos benefícios sem autorização dos titulares.

COMO ESSE ESQUEMA FUNCIONAVA?

De forma geral, o sistema de desconto automático do INSS permite que associações e sindicatos, autorizados por lei, façam cobranças diretas no benefício previdenciário - desde que o beneficiário autorize previamente. O problema é que muitas dessas autorizações foram forjadas ou nunca existiram. Ou seja, aposentados que nunca assinaram nada passaram a ter descontos mensais "fantasmas" nos seus benefícios.

EXEMPLO: um aposentado que recebia R\$ 1.518,00 passou a ver um desconto de R\$40,00 por mês com a descrição "mensalidade associativa", sem nunca ter se filiado a nenhuma entidade.

COMO SABER SE VOCÊ ESTÁ SENDO VÍTIMA?

Você pode verificar isso acessando o extrato de pagamento do seu benefício pelo site ou aplicativo "Meu INSS".

VEJA O PASSO A PASSO:

- 1) Acesse meu.inss.gov.br ou o app "Meu INSS";
- 2) Faça login com seu CPF e senha;
- 3) Clique em "Extrato de Pagamento";

Veja, mês a mês, se há algum desconto que você não reconhece, principalmente com as descrições:

- 1) Mensalidade associativa;
- 2) Contribuição sindical;
- 3) Seguro facultativo;

SERVIÇOS FINANCEIROS

Se houver algo suspeito, você pode contestar imediatamente no próprio site ou aplicativo, pedindo o bloqueio e o estorno dos valores cobrados indevidamente.

O QUE FOI FEITO ATÉ AGORA?

Com base na investigação, o INSS suspendeu os descontos de algumas entidades suspeitas. Uma das mais citadas é a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), acusada de desviar cerca de R\$ 2 bilhões desde 2019. Além disso, a Controladoria-Geral da União (CGU) assumiu o caso e está atuando em conjunto com a Polícia Federal e o Ministério da Previdência para responsabilizar os envolvidos.

SESSÃO SOLENE NA ALEP

DEPUTADO ALISSON PROMOVE
HOMENAGEM A INICIATIVAS DE
INCLUSÃO EM SESSÃO SOLENE NA ALEP

Pág. 02

ELEIÇÕES 2026 GOVERNO DO PARANÁ

Pág. 03

APAES PARANAENSES

RICARDO BARROS DEFENDE
SUPORTE DO ESTADO ÀS
APAES PARANAENSES

Pág. 02

BEBÊS REBORN

PROJETOS DE LEI VISAM IMPEDIR
A UTILIZAÇÃO DE BEBÊS REBORN
PARA OBTER ATENDIMENTO
PRIORITÁRIO NO PARANÁ

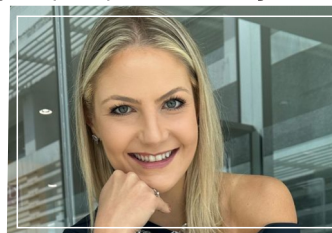
Pág. 04

E SE VOCÊ FOI PREJUDICADO? O QUE FAZER?

Se você identificar descontos indevidos, você deve:

- Solicitar a suspensão dos descontos via Meu INSS;
- Registrar uma reclamação na Ouvidoria da Previdência pelo site gov.br/ouvidoria;
- Guardar os extratos e comprovantes dos descontos como prova;
- Pode procurar ajuda de um advogado para pedir a devolução dos valores indevidos.

Por fim, os descontos indevidos em aposentadorias e pensões não são normais e podem indicar que você está sendo vítima de um esquema de fraude. Ficar atento ao extrato do INSS é essencial para proteger sua renda e garantir que seus direitos estejam sendo respeitados.



Jessica Menarim, Advogada



DEPUTADO ALISSON PROMOVE HOMENAGEM A INICIATIVAS DE INCLUSÃO EM SESSÃO SOLENE NA ALEP

O trabalho e a dedicação de pessoas, entidades e empresas que promovem a inclusão social de pessoas neurodivergentes e com deficiência serão reconhecidos com Menção Honrosa da Assembleia Legislativa do Paraná, concedida pelo deputado estadual Alisson Wandscheer, líder do Bloco Parlamentar da Neurodiversidade.

A homenagem será realizada durante Sessão Solene no próximo dia 29 de maio, às 18h30, na sede do Legislativo estadual, em Curitiba.

O evento celebra iniciativas que geram empatia e respeito às diferenças, contribuindo para a construção de uma sociedade mais acolhedora, acessível e diversa.

“Este reconhecimento representa o valor e o impacto de ações concretas na construção de um ambiente mais justo e solidário. A trajetória e o compromisso dos homenageados inspiram a valorização da diversidade e reforçam a importância de unirmos forças por uma transformação social permanente”, afirma o parlamentar. A cerimônia será também um espaço de celebração e estímulo para que outras pessoas e organizações se engajem na causa da inclusão.



Assessoria Deputado Alisson Wandscheer



amorsauê
MEDICINA, ODONTOLOGIA E EXAMES

UNIDADE PORTÃO

Av. República Argentina, 2398

(41) 3359-5515 (41) 99538-2426

RICARDO BARROS DEFENDE SUPORTE DO ESTADO ÀS APAES PARANAENSES

Em reunião com o ministro Dias Toffoli, em Brasília, deputado reforçou a importância da instituição para assistência gratuita às pessoas com deficiência.

O deputado federal Ricardo Barros (Progressistas) acompanhou a comitiva de autoridades do Estado do Paraná, que esteve no Supremo Tribunal Federal (STF) para defender o suporte legalmente oferecido às Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs). Durante reunião com o ministro Dias Toffoli, Barros ressaltou que a possível interrupção dos serviços, provocada pela falta de apoio do Governo do Paraná, seria prejudicial aos milhares de estudantes que necessitam da educação especial oferecida pelas instituições filantrópicas.

Ao magistrado, a comitiva paranaense solicitou que não seja concedida liminar favorável à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7.796, proposta pela Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down (FBSAD). A entidade pede a revogação de duas

leis do Paraná — de números 17.656/13 e 18.419/15, que garantem o suporte do Estado às APAEs. A FBSAD alega ao STF que os recursos financeiros deveriam ser destinados exclusivamente ao ensino regular inclusivo.

“O trabalho realizado pelas APAEs, tanto na educação especial quanto na prestação de serviços médico-assistenciais, é fundamental para o adequado atendimento aos paranaenses com deficiência. Isso está mais do que comprovado e aprovado pela sociedade brasileira, como um todo.

Reorganizar essa rede de atenção, agora, pode implicar na interrupção dos serviços por um tempo considerável”, afirmou o parlamentar.

HISTÓRICO

Barros lembrou que, em 2017, enquanto estava à frente do Ministério da Saúde, permitiu que as APAEs recebessem recursos federais pelos serviços de qualificação e de reabilitação prestados aos brasileiros com deficiência. À época, a pasta garantiu o pagamento de R\$ 150 milhões para mais de mil entidades filantrópicas do Brasil, integrantes da Rede da Pessoa com Deficiência.

“Então, é um tema com o qual tenho afinidade e, claro, sensibilidade. As APAEs realizam tratamentos imprescindíveis para essa população,

com atendimentos de fisioterapia e fonoaudiologia, por exemplo”, complementou o deputado federal. COMITIVAA reunião foi realizada na última quarta-feira (21).

O presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, deputado estadual Alexandre Curi (PSD), representou o governador, Ratinho Júnior (PSD), durante o encontro. Ele explicou ao ministro Toffoli que o sistema adotado no Paraná assegura um atendimento adequado e de qualidade, de acordo com as necessidades dos alunos da educação especial, sem prejuízo às demais modalidades.

Participaram da comitiva: os secretários estaduais Rogério Carboni (Desenvolvimento Social e Família) e Santin Roveda (Justiça); o procurador-geral do Estado, Luciano Borges; o deputado estadual Pedro Paulo Bazana (PSD); e representantes das APAEs do Paraná.

Assessoria Deputado Ricardo Barros



EXPEDIENTE

DIRETOR EXECUTIVO

Alexandre Domingues

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Alexandre Domingues

ASSESSORIA DE IMPRENSA

Erika Wamdembruck

ASSESSORIA DE MARKETING

João Vitor Bayer Kresko

DESIGNER E

EDITORIAÇÃO GRÁFICA

Joelso Luis Kresko

GERENTE COMERCIAL

Alexandre Domingues

radioparanaoficial@gmail.com

www.portalparanaoficial.com.br

ELEIÇÕES 2026



Faltando um pouco mais de um ano das eleições para a disputa ao governo do estado do Paraná e mesmo sem o povo paranaense saber direito sobre os possíveis candidatos, as discussões nos bastidores da política paranaense já andam a todo vapor para os possíveis sucessores no Senado Federal e no Governo do Estado.

Na última pesquisa feita pelo Instituto Paraná Pesquisa mostrou que 75,9% dos paranaenses ouvidos responderam não saber em quem votar para Governador. Os que indicam um candidato, 10,6% escolheriam Ratinho Junior, que não pode concorrer por estar no seu segundo mandato consecutivo e 86,3% dos paranaenses ouvidos não sabem quem escolher para o Senado Federal.

Nos cenários pesquisados saem com vantagem os nomes mais conhecidos como o Senador Sérgio Moro, o Ex-Governador Beto Richa e o atual Deputado Estadual Requião Filho.

Guto Silva, Secretário das Cidades do Governo atual e o Ex-Deputado Federal pelo PT Ênio Verri saem em desvantagem.

CENÁRIO 1 PARA GOVERNO DO ESTADO:

Sérgio Moro (União Brasil) - 43,9%

Requião Filho - 18,1%

Beto Richa (PSDB) - 17,9%

Guto Silva (PSD) - 3,9%

Ênio Verri (PT) - 2,6%

CENÁRIO 2 PARA GOVERNO DO ESTADO:

Neste cenário sem o Senador Sérgio Moro.

Beto Richa (PSDB) - 22,6%

Requião Filho - 20,8%

Alexandre Curi (PSD) - 18,3%

Guto Silva (PSD) - 5,5%

Ênio Verri (PT) - 3,2%

CENÁRIO 3 PARA GOVERNO DO ESTADO:

Neste cenário como representante do PSD a pesquisa testou o nome de Alexandre Curi somente.

Sérgio Moro (União Brasil) - 42,4%

Beto Richa (PSDB) - 16,8%

Requião Filho - 16,5%

Alexandre Curi (PSD) - 9%

Ênio Verri (PT) - 2,6%.

CENÁRIO 4 PARA GOVERNO DO ESTADO:

Neste cenário como representante do PSD a pesquisa testou o nome de Rafael Greca.

Sérgio Moro (União Brasil) - 39,5%

Rafael Greca (PSD) - 17,4%

Requião Filho - 14,8%

Beto Richa (PSDB) - 14,6%

Ênio Verri (PT) - 2,3%.

Nas simulação de quatro cenários de um eventual segundo turno com Sérgio Moro em todos eles. Na primeira vez, à frente Sérgio Moro contra três pré-candidatos do PSD, Alexandre Curi, Guto Silva e Rafael Greca. Sérgio Moro vence em todos os cenários, inclusive contra Beto Richa.

A disputa de Sérgio Moro contra Guto Silva ficaria 63,8% para o Senador contra 17,1% para o candidato do PSD. Sendo contra Alexandre Curi, Sérgio Moro aparece com 58,1% contra 24%. Disputando o Senado contra Rafael Greca, Sérgio Moro foi citado por 54,3% enquanto Rafael Greca teve 33,8%. Contra Beto Richa, Sérgio Moro apareceu com 55,1% contra 28,7%.

Na disputa pelas 2 vagas ao Senado Federal. No cenário pesquisado, Roberto Requião tem 33,2% e Beto Richa fica com 32,1% e lideram a disputa, seguidos por Cristina Graeml com 23,7%, Filipe Barros tem 22,8%, empatados com 11,7% ficaram Pedro Lupion (PP) e Zeca Dirceu (PT).

Quando o nome do governador Ratinho é colocado como candidato ao Senado, alcança 62,3% dos votos, Requião vem com 26,8%, Beto Richa com 25,2%, Filipe Barros com 19,8%, a e ministra de Lula, Gleisi Hoffmann, tem 16,3% enquanto Pedro Lupion teve 8,9%.

O instituto Paraná Pesquisa ouviu 1.550 eleitores em 58 municípios do Paraná entre os dias 17/04 e 21/04 de 2025. A pesquisa do instituto Paraná Pesquisa tem um grau de confiança de 95% com uma margem de 2,5% para mais ou para menos.




CURSO: COMO USAR O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

para jornalistas e profissionais da imprensa

Guilherme Scarduelli, Julia Piza e
Yara Maranhão



29 de maio
às **09h00**



**Auditório
Legislativo**






Portal

Paraná Oficial



PARECE BRINCADEIRA, mas não é.

Projetos em tramitação sobre o assunto:

- Projeto de Lei nº 329/2025**
VEDA BENEFÍCIOS E ATENDIMENTOS PREFERENCIAIS A BONECOS HUMANIZADOS COMO SUBSTITUTO DE CRIANÇAS REAIS, NO ESTADO DO PARANÁ.
- Projeto de Lei nº 331/2025**
VEDA O AUMENTO E A REDUÇÃO DO TIPO DE REBORN NOS SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ.
- Projeto de Lei nº 341/2025**
VEDA A UTILIZAÇÃO DE BONECOS REALISTAS PARA OBTENÇÃO DE BENEFÍCIOS DESTINADOS A CRIANÇAS DE COLO.
- Projeto de Lei PROTOCOLADO**
PROÍBE APLICAÇÃO DE MULTA A QUEM UTILIZAR BONECOS REALISTAS PARA OBTENÇÃO DE BENEFÍCIOS DESTINADOS A CRIANÇAS DE COLO.

A pauta é inusitada. Mas o debate é sério.

BEBÊS REBORN

PROJETOS DE LEI VISAM IMPEDIR A UTILIZAÇÃO DE BEBÊS REBORN PARA OBTENÇÃO DE BENEFÍCIOS PRIORITÁRIO NO PARANÁ

A discussão sobre os bonecos que praticamente simulam crianças reais, os conhecidos bebês reborn, e que tem gerado muita polêmica no Brasil nas últimas semanas, chegou ao Poder Legislativo. Já tramitam na Assembleia Legislativa do Paraná, projetos de lei que visam impedir a utilização desses bebês para obtenção de benefícios destinados exclusivamente a crianças de colo e seus responsáveis.

O projeto de Lei 329/2025, da deputada Marli Paulino (Solidariedade), veda benefícios e atendimentos preferenciais a bonecos humanizados, como os denominados “bebês reborn”, no Sistema Único de Saúde (SUS), usufruto de assentos preferenciais ou prioridade em filas em serviços públicos ou privados no Paraná. A proposta não impede o uso terapêutico ou afetivo dos bonecos humanizados, desde que isso não interfira no exercício de direitos de pessoas com prioridade legalmente reconhecida, tais como: gestantes; lactantes com crianças reais; pessoas idosas; pessoas com deficiência; pessoas com crianças de colo (humanas).

“A crescente polêmica envolvendo o uso desses bonecos em espaços públicos, com relatos de tentativa de equiparação simbólica entre tais objetos e crianças reais, exige uma resposta legislativa que reafirme os princípios constitucionais e legais que regem os direitos fundamentais. Embora o valor afetivo e terapêutico desses bonecos deva ser respeitado, é importante reconhecer que eles são, inquestionavelmente, objetos inanimados e, portanto, não possuem personalidade jurídica, condição essencial para serem titulares de direitos”, disse a deputada ao apresentar a proposta.

MULTAS

Quase na mesma linha, o projeto de Lei 331/2025, do deputado Samuel Dantas (Solidariedade), proíbe triagem, registro, encaminhamento ou qualquer forma de acolhimento destas bonecas.

Mas a vedação inclui, além do atendimento nas unidades da rede pública de saúde, os órgãos de segurança pública, as instituições de ensino públicas estaduais, os órgãos de emissão de documentos públicos, ou qualquer local que preste serviço público estadual e que demandam atendimento a pessoas físicas.

Além disso, o projeto prevê advertência formal à unidade de saúde ou outro serviço público, no caso da primeira ocorrência e, em caso de reincidência, multa administrativa de até R\$ 1.416,20, ou 10 UPF/PR (Unidade Padrão Fiscal do Paraná, cotada em R\$ 141,62 para maio de 2025). Também consta a comunicação imediata ao Conselho Regional de Medicina (CRM/PR) ou aos demais conselhos profissionais, quando cabível.

“Embora essas bonecas possam ter função terapêutica em contextos específicos, como no tratamento de transtornos psicológicos, é fundamental que tais usos sejam autorizados e supervisionados por profissionais habilitados, o que não se confunde com o atendimento comum prestado à população”, explica o deputado.

Presidente da Frente Parlamentar da Medicina na Assembleia, o deputado Ney Leprevost (União), também apresentou projeto de lei que trata do assunto. A diferença está no valor da infração: multa equivalente a R\$ 2.974,02 ou 21 UPF/PR e, em caso de reincidência, multa em dobro do valor previsto. O projeto também estabelece que os valores arrecadados com as multas aplicadas serão destinados ao Fundo Estadual para a Infância e Adolescência (FIA/PR), para o financiamento de ações voltadas à primeira infância.

Segundo Leprevost, a prática tem sido registrada em situações pontuais e representa um desvio dos direitos legítimos das crianças e uma ameaça à equidade no acesso a serviços públicos. “Os benefícios concedidos a crianças de colo existem para protegê-las em uma fase extremamente vulnerável da vida. Permitir que subterfúgios como bonecas hiper-realistas sejam usados para burlar esses direitos compromete a moralidade administrativa e prejudica quem realmente precisa”, afirmou.

TRATAMENTO

O projeto de Lei 341/2025, do deputado Ricardo Arruda (PL), também trata do mesmo tema. Mas a proposta do deputado prevê multas de R\$ 14.162,00 (ou 100 UPF/PR) às pessoas que forem flagradas tentando obter tais benefícios com o uso de boneco tipo “reborn”. E, em caso de reincidência, será aplicada multa em dobro, além da apreensão da boneca. O projeto de lei ainda prevê que a pessoa será encaminhada, obrigatoriamente, a avaliação e tratamento psicológico ou psiquiátrico, em rede pública de saúde, conforme disponibilidade e diretrizes da Secretaria Estadual de Saúde.

“A tentativa de ludibriar estabelecimentos públicos ou privados para obtenção de prioridade em atendimentos, sem a existência de uma criança natural, configura um abuso do direito subjetivo e pode caracterizar infrações de natureza cível, administrativa e até criminal”, disse, ao destacar o aspecto de saúde mental. “A insistência em apresentar um boneco como um bebê real, em contextos públicos e funcionais, pode indicar sofrimento psíquico ou distúrbios dissociativos, e merece atenção do Estado. Por isso, nossa proposta prevê não apenas multas, mas também o encaminhamento à rede pública de saúde para avaliação e, se necessário, tratamento psicológico, conforme as diretrizes do SUS”, completou.

Assembleia Legislativa do Paraná

Projetamos, implementamos otimizamos!

soluções de tecnologia para você e sua empresa...

Somos os melhores nas áreas de Firewall,

www.c3company.com.br

contato@conts.com.br
41 3079-1166 / 98439-8543

Av. República Argentina, 2.510
Sl. 20 - Portão - Curitiba - PR

IMPOSTO DE RENDA 2025

Imposto de renda pessoa física | Autônomos | Condomínios
Empregados domésticos | Micro empreendedor individual (MEI) | Abertura e encerramento de empresas | Contabilidade em geral